

CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO, PETRÓPOLIS - RJ

Processo de Tombamento nº 662-T-62

Avenida Koeler: Conjunto Urbano-Paisagístico

Referência: Processo SEI nº: 01458.000140/2022-96 de 22/01/2025

Quarta proposta de rerratificação

Conjunto Urbano-Paisagístico de Petrópolis Petrópolis-RJ

Relatora: Tânia Nunes Galvão Verri

Preservamos aquilo que nos ajuda a lembrar quem somos e quem são os outros. A matéria histórica é esse gatilho com capacidade de disparar a memória, contar a nossa história e dar à rasa experiência humana plenitude, corpo e substância.

LOWENTHAL, 1985.

NOTAS INICIAIS

O pedido de análise e parecer para o tombamento da AVENIDA KOELER: CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO, PETRÓPOLIS – RJ me foi designado a partir do contato da Coordenadora Geral de Identificação e Reconhecimento do IPHAN, Vanessa Maria Pereira, em março de 2025. Ao receber a tarefa, procedi a visita técnica à Cidade Imperial em maio, para examinar a área, aprimorar a compreensão sobre o sítio e, principalmente, para apreender a percepção da paisagem vinculada a ideia de conjunto.

A instrução contida no processo que subsidia este parecer é resultado de um esforço coletivo e multidisciplinar, que exige reconhecimento. Cabe agradecer o arquiteto e urbanista do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, DEPAM, Frederico Camargos de Araújo, a Vanessa Maria Pereira, Coordenadora Geral de Identificação e Reconhecimento do IPHAN, ao Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Andrey Rosenthal Schlee, a superintendente do IPHAN-RJ, Patrícia Regina Corrêa Wanzeller.

Tem-se a oportunidade de rever, de certa forma, as origens da pauta sistematizada sobre a preservação material no país, pois, na Capital Federal há quase cem anos, em

1937, objetivando a proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro, criava-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, com a função de identificar, registrar, proteger e divulgar bens culturais materiais e imateriais.

A cidade de Petrópolis tem especial atenção, dada sua reconhecida relevância histórica relacionada à família real brasileira, a presença de edificações emblemáticas que marcam diferentes estilos arquitetônicos, um vasto e rico conjunto arquitetônico que narra a história do país, não só no período do império, mas também na república.

Há de se registrar que Petrópolis vivenciou, recentemente, trágicos eventos causados pelas mudanças climáticas, ocorridos no fim de uma tarde e noite, em fevereiro de 2022, que por conta das intensas e atípicas chuvas, provocaram deslizamentos de terra, deixaram diversas ruas alagadas, e a cidade sofreu perdas irreparáveis com vítimas fatais. Os desastres estão mencionados nesse parecer porque reforçam a importância do papel do IPHAN em produzir profundos estudos na área, focando na compreensão patrimonial ancorada na história, no sítio natural, na ideia de conjunto e paisagem, reunindo condições que vão extrapolar o episódio do tombamento, como possibilitar a normatização, fatos que contribuirão para aumentar a resiliência da cidade. É relevante mencionar que um trabalho dessa escala só se faz viável em condições de colaboração entre inúmeras e múltiplas instituições.

PETRÓPOLIS E A PAISAGEM

A ideia de paisagem é tão antiga quanto a ideia de sociedade, inicialmente ancorada como conceito estético, e no século XIX foi sistematizado cientificamente. Tem-se que paisagem é aquilo que está ao alcance da visão, como o domínio do visível, que se desenvolve como algo que está além da conformação de volumes edificados, e que sua apreensão se dá pelo conjunto, pelo coletivo, composto por cores, movimentos, sons, entre outras percepções. Na percepção de quem olha, há valores que são

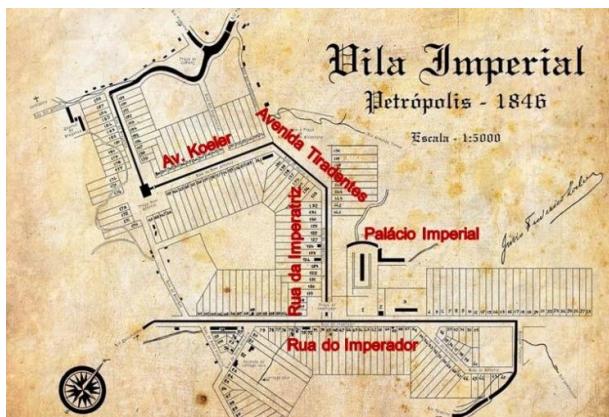
apropriados, sobrepostos, como palimpsesto da vivência, assim, a paisagem é um processo que possui dinâmica, é aquilo que se constrói e se reconstrói.

Desde a década de 1960, quando se deu a primeira iniciativa de tombamento de conjunto em Petrópolis, a paisagem é a protagonista do debate. Na rerratificação, a paisagem traz registros históricos e de interação entre a natureza e a sociedade, conforme inclusive, a ideia de patrimônio como identidade.

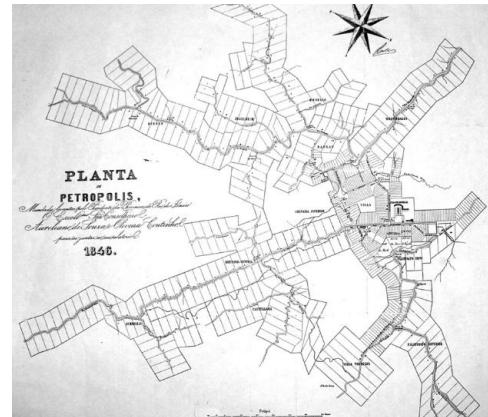
Localizada na Região Serrana do Rio de Janeiro, a cidade de Petrópolis de 1843, é composta hoje por cinco distritos: Petrópolis (Centro), Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e São José do Rio Preto, divididos em mais de 40 bairros, como Quitandinha, Valparaíso, Corrêas e Nogueira, que construíram ao longo da história, suas identidades próprias.

A construção da cidade se deu com o arrendamento de terras para o major e engenheiro alemão, Júlio Frederico Koeler (1804-1847), que recebeu a encomenda construir o Palácio Imperial e suas dependências, uma igreja e um cemitério, além de planejar a Vila Imperial e uma colônia agrícola.

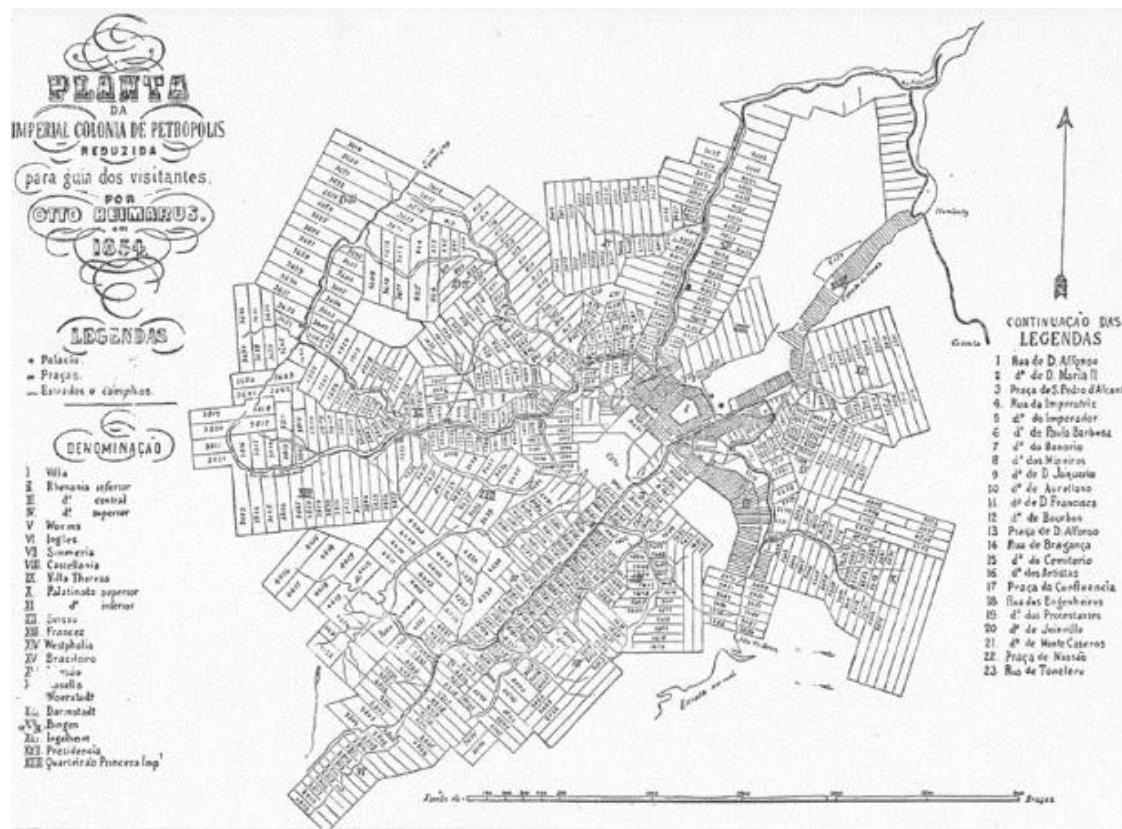
Plano urbanístico de Petrópolis, 1846.



Plano urbanístico de Petrópolis, 1860.



Plano urbanístico de Petrópolis elaborado por Otto Reimarus, 1854.



Koeler imprimiu no projeto urbanístico a utilização dos recursos naturais e as propriedades ambientais, criando um sistema que buscasse assegurar qualidade de vida às pessoas. Embasou o desenho da cidade na topografia e nos cursos d'água, o que configurou no plano uma figura tentacular, uma aranha, sendo o corpo a área central e os rios as patas.

Assim, o desenho foi definido com o sistema viário implantado nos vales, ao longo do Rio Piabanha e seus afluentes, em especial o Quitandinha e Palatino, sendo os rios os elementos centrais e definidores da ocupação territorial urbana, ladeado pelo sistema viário com vias duplas, uma em cada margem. Os lotes, chamados de “prazos de terras”, foram projetados entre os vales, com a testada principal voltada para os rios. O principal eixo de desenvolvimento da cidade à época, foi composto pelas Ruas do Imperador e da Imperatriz, tendo o Palácio Imperial no seu cruzamento. Nas expansões urbanas, há a presença de variação no traçado, com as vias duplas juntas e o leito do rio numa das extremidades.

HISTÓRICO

A análise em questão reflete a forma como o tombamento tem sido tratado atualmente, numa dinâmica pulsante do Instituto atuar na conservação urbana vinculada a dinâmica da sociedade. A matéria foi estabelecida após profundos estudos desenvolvidos pela equipe interna que inicialmente buscou normatizar os processos dos tombamentos anteriores. Ao se verificar elementos faltantes na área de tombamento relevantes para a ideia de paisagem, principalmente na área central de Petrópolis, e, analisada a extensão da poligonal de entorno, propôs-se então a rerratificação.

Trata-se então da revisão do Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Avenida Koeler, Petrópolis, RJ, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN, de 1964, processo de sessenta e um anos. O tempo é um dado fundamental, pois, ancora valores aos bens.

O desenvolvimento da pesquisa que antecede e subsidia esse texto, foi um trabalho de grande monta que apenas se viabilizou por contar com inúmeros parceiros visualizados ao longo do processo, como: Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Casa dos Conselhos, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Centro Lúcio Costa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Registra-se ainda um consultor português fundamental para a interlocução da matéria, Senhor Antônio Miguel Souza e a Associação em Defesa dos Mananciais da Alcobaça, de Cascatinha. Tem-se ainda uma dissertação de mestrado sobre Petrópolis, de autoria de Raíssa Rangelo Damiano, que compõe uma imensa rede de olhares cuidadosos, técnicos e multiprofissionais em torno da questão.

Na busca da caracterização do bem tombado e sua área de entorno, visibilidade e ambiência, e com o objetivo de atualizar os processos pregressos, verifica-se na atual proposta, objeto desse parecer, 2025, uma significativa ampliação da área tombada na região central de Petrópolis, sem a supressão de nenhum imóvel tombado. Há

também uma redefinição das áreas de entorno, com algumas supressões e incorporação de áreas como parte do conjunto tombado.

Buscando notabilizar a importância do amplo e democrático compromisso que se deve haver entre as tomadas de decisão institucionais, principalmente, aquelas que interferem diretamente na vida das pessoas e na identidade de um país, o IPHAN decide por um amplo e irrestrito debate com inúmeros agentes da sociedade. Houve sete apresentações públicas, com objetivo de atingir o maior número possível de interlocutores e a possibilidade de recebimento de sugestões, eventos que foram viabilizados pela disposição do arquiteto e urbanista do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, DEPAM – IPHAN, Frederico Camargos de Araújo, o Rico. Ele se dispôs a conduzir a pauta, elaborar as apresentações, debater abertamente e responder a todos os questionamentos apresentados.

A pesquisadora Raíssa Rangel Damiano, em 2020, aborda especificamente em dissertação de mestrado, os processos de gestão compartilhada entre a população as instituições de diferentes esferas de poder público. O tema foi uma ação motivada pelo apelo da comunidade petropolitana em defesa do patrimônio construído, o qual vinha sendo demolido e substituído por prédios em altura. O trabalho buscou analisar os conflitos e afinidades entre as instituições e o seu impacto na gestão do sítio urbano tombado.

Os tombamentos federais em Petrópolis acompanharam as transformações da noção de Patrimônio Cultural no Brasil e o envolvimento de diferentes grupos sociais que demandaram a proteção de bens e sítios, desde as ideias dos modernistas que foram responsáveis pelas primeiras ideias de valor nacional, até os grupos sociais organizados que lutaram pela qualidade de vida nas cidades.

Os primeiros tombamentos ocorreram no final da década de 30, com o Palácio Imperial e o Palácio da Princesa Isabel, ambos símbolos do período imperial no Brasil, uma vez que o passado monárquico era valorizado durante o Estado Novo.

Raíssa Rangel Damiano, 2020.

Os tombamentos das décadas de 1930, 1940 e 1950 foram feitos por bens isolados, com visível valorização do colonial, no tombamento das fazendas, além do neoclássico e palaciano, porém, o estilo eclético não esteve no escopo na mesma escala de importância. Na reflexão da pesquisadora:

O país buscava construir a ideia de Nação Brasileira e a Identidade Nacional. Na arquitetura, a autêntica brasiliade era representada pelos estilos colonial, barroco e o moderno. Nesse sentido, o ecletismo era visto como ilegítimo, uma cópia da arquitetura europeia. Após essa primeira fase, na década de 1960 novos sujeitos passaram a se manifestar pela proteção da cidade, dando início a trabalhos de preservação do Conjunto Urbano e Paisagístico da Petrópolis.

Raíssa Rangel Damiano, 2020.

O contexto de processo de tombamento na década de 1960, portanto, durante o período ditatorial, reflete o ensejo de se reiterar no Brasil a Identidade Nacional. O processo aqui a ser debatido, sessenta e um anos depois, que exige em tempo, reanálises que estejam alinhadas com a conjuntura da redemocratização, seja da gestão institucional, seja da sociedade que enseja pela salvaguarda e preservação da memória.

Em 1964, o bem em questão para análise, foi o pedido do tombamento restrito ao Palácio Sérgio Fadel, 1872, construído para ser residência do Visconde e Barão do Catete, médico do período colonial, e que hoje abriga a prefeitura de Petrópolis, localizado na Avenida Koeller. O pedido de tombamento foi feito pelo presidente do instituto de Petrópolis. Não houve adesão para o pedido, lembrando que os profissionais Renato Soeiro e Lúcio Costa não valorizavam o estilo eclético, nem admitiram valor na edificação isolada, mas, viram potencial no traçado de Koeller reconhecendo a relação entre a natureza e o edificado.

No final da década de 1970 são retomadas as conversas sobre alguns bens não constantes do tombamento, e em 1980, em reunião do Conselho Consultivo, presidida por Aloísio Sérgio de Magalhães, o conselheiro Paulo Ferreira Santos, menciona uma lei que tramitava no congresso:

Corre no parlamento um projeto lei visando conceder à Petrópolis o título de Monumento Nacional, compreendendo

o conjunto urbano paisagístico de extensa zona, com avenidas, ruas, praças, contendo 12 doze elementos.

Paulo Ferreira Santos, 1980.

Não se localizou a confirmação, ou, a promulgação de tal lei.

Destaca-se que na década de 1980 o país inicia a formalização dos instrumentos de proteção ambiental, instaurando-se um contexto institucional na esfera ambiental. O resultado desse momento é a constituição de 1988, que buscou a regulamentação das questões ambientais, e a fundação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, 1989.

Na década de 1980, possivelmente com técnicos imersos no contexto ambiental, ocorreram duas extensões do tombamento, uma em 1980, outra em 1981, dando origem ao atual Conjunto Urbano-Paisagístico, ambas registradas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN, de forma a englobar uma série de novos imóveis, logradouros, praças e até elementos naturais de Petrópolis. Nessa circunstância a cidade foi caracterizada na região serrana, como a maior possuidora de bens inscritos no Livro Tombo. A exemplo desse momento, em janeiro de 1980, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, justifica o tombamento da casa de Rui Barbosa. Em 1980 houve a primeira ampliação para além da Vila Imperial, mas o pedido ainda era restrito ao núcleo histórico, contemplando a Vila Piabanga.

Em 1982 acontece a segunda rerratificação, e será a condição mais importante para a compreensão dessa atual demanda houve enorme ampliação da área de abrangência do tombamento, incluindo as áreas de unidades fabris; a casa de Djanira e o Mural de Djanira. Foram incluídos também a Bacia Hidrográfica do Rio Piabanga e todos os seus afluentes, somando a ponte de pedestres, desde a nascente até a Fábrica Cascatinha. Tem-se registrado no processo que foi um episódio carente de critérios técnicos que justificassem tamanha abrangência e a totalidade do território da bacia, o que produziu um entendimento contraditório para o tombamento, pois, a extensão da área e a quantidade de elementos fragmentados reduziu a compreensão de conjunto.

A PROPOSTA DE TOMBAMENTO

Ao se apreciar a última proposta, a quarta Rerratificação do Tombamento da "Avenida Koeler: Conjunto Urbano-Paisagístico", que se inicia alterando a designação, sugerindo-se que se intitule: **CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO DE PETRÓPOLIS**. A propositura de se alterar a denominação é o reflexo da modernização do entendimento do bem, relacionada com a maneira como o IPHAN desenvolve sua política nos dias atuais: evidenciando ininterrupto esforço de ampliação das ações de preservação, reconhecendo a diversidade e a dinâmica das narrativas históricas e incorporando bens de diferentes naturezas de forma integrada.

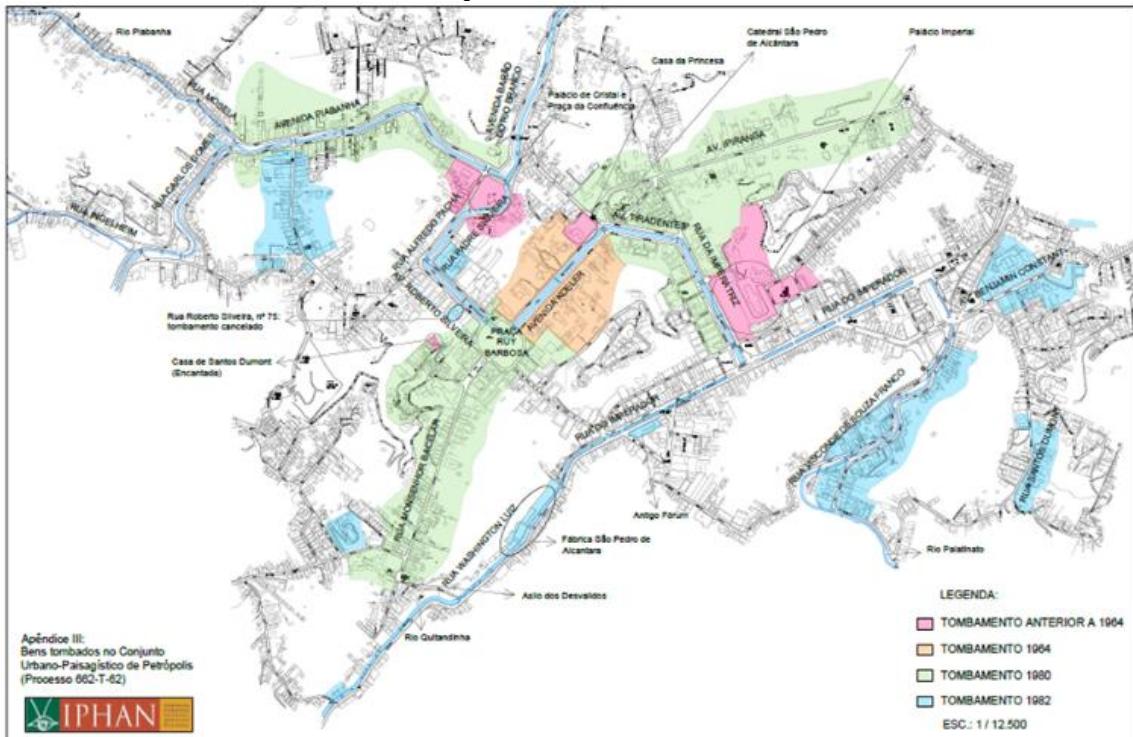
Os objetivos da proposta são o de 1. propor nova delimitação para a área tombada decorrente da caracterização do valor paisagístico e de seus atributos para o **CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO DE PETRÓPOLIS** tombado; 2. proceder o reconhecimento de Imóveis de Interesse Especial e 3. estabelecer diretrizes e objetivos de preservação para o bem cultural. A área que se destaca para a preservação está contida no Anexo 01 deste parecer, com as coordenadas que delimitam as poligonais de tombamento e de entorno, com 1. a área central de Petrópolis; 2. A Vila Operária da Rua Padre Feijó (Fábrica Cometa, no Alto da Serra); 3. A Casa na Rua Cardoso Fontes, número 211; 4. A Casa de Djanira, localizada no loteamento fazenda Samambaia; 5. A Casa de Ana Mayworm, localizada na Rua José Mayworm, número 1377; 6. O Conjunto Arquitetônico Remanescente da Antiga Fábrica Cometa e 7. A Companhia Petropolitana de Tecidos, do Complexo Fabril de Cascatinha.

Visando melhorar a compreensão do debate, seguem alguns mapas e representações gráficas extraídas do processo, elaboradas por autores diversos, que registram as alterações propostas.

Ambas imagens são da área em análise, a esquerda representa a condição atual, sendo a mancha azul a área tombada e a linha verde a área de entorno. A direita, é a proposta com a linha vermelha delimitando a área de tombamento ampliada no centro de Petrópolis e os demais bens constantes do tombamento.

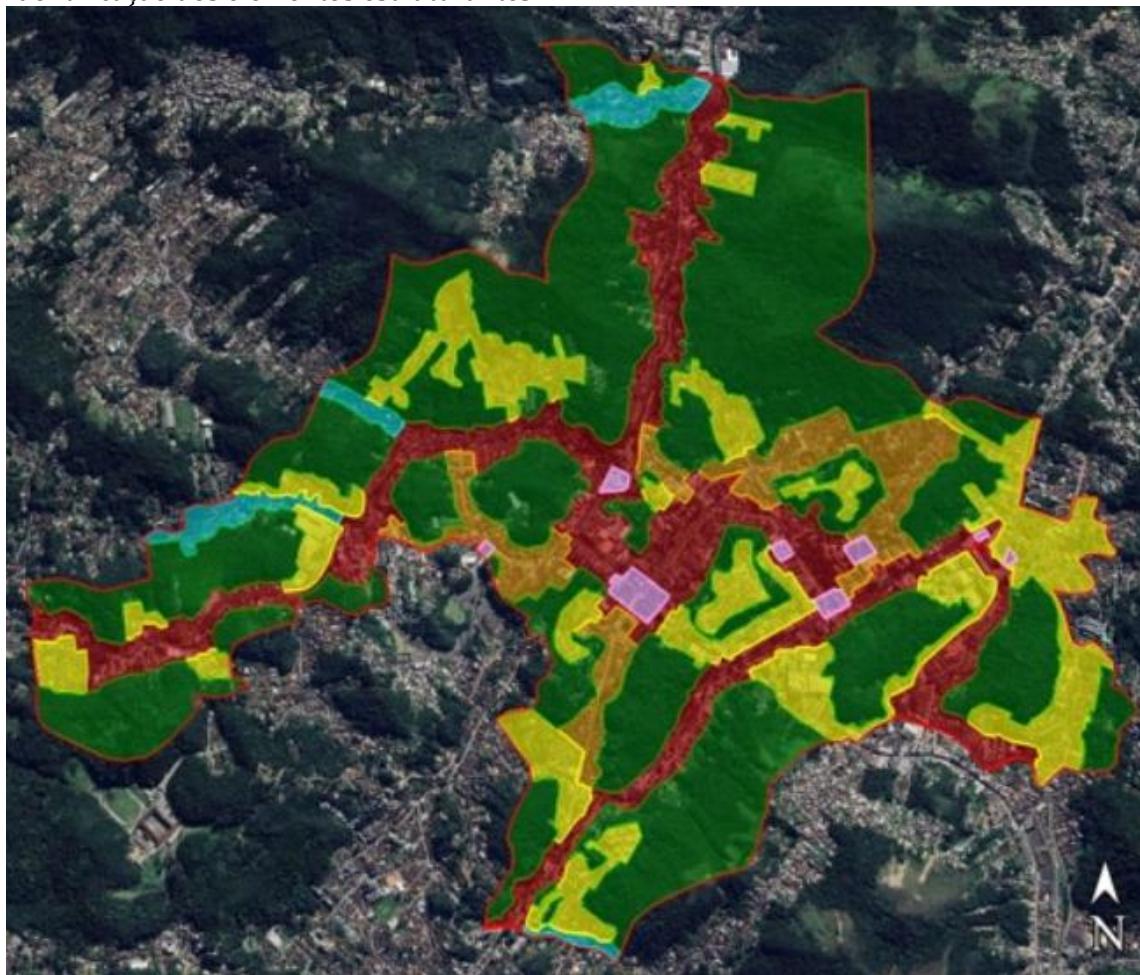


Sucessão dos tombamentos em Petrópolis



O mapa acima mostra a evolução do tombamento em Petrópolis. Na área central, em rosa as primeiras edificações tombadas de forma isolada, em laranja, o tombamento inicial avenida Koeller (1964), em verde a primeira extensão (década de 1980), mantendo o caráter de conjunto e em azul a terceira rerratificação, que abrange os rios, que seguem da nascente até cascatinha.

Identificação dos elementos estruturantes



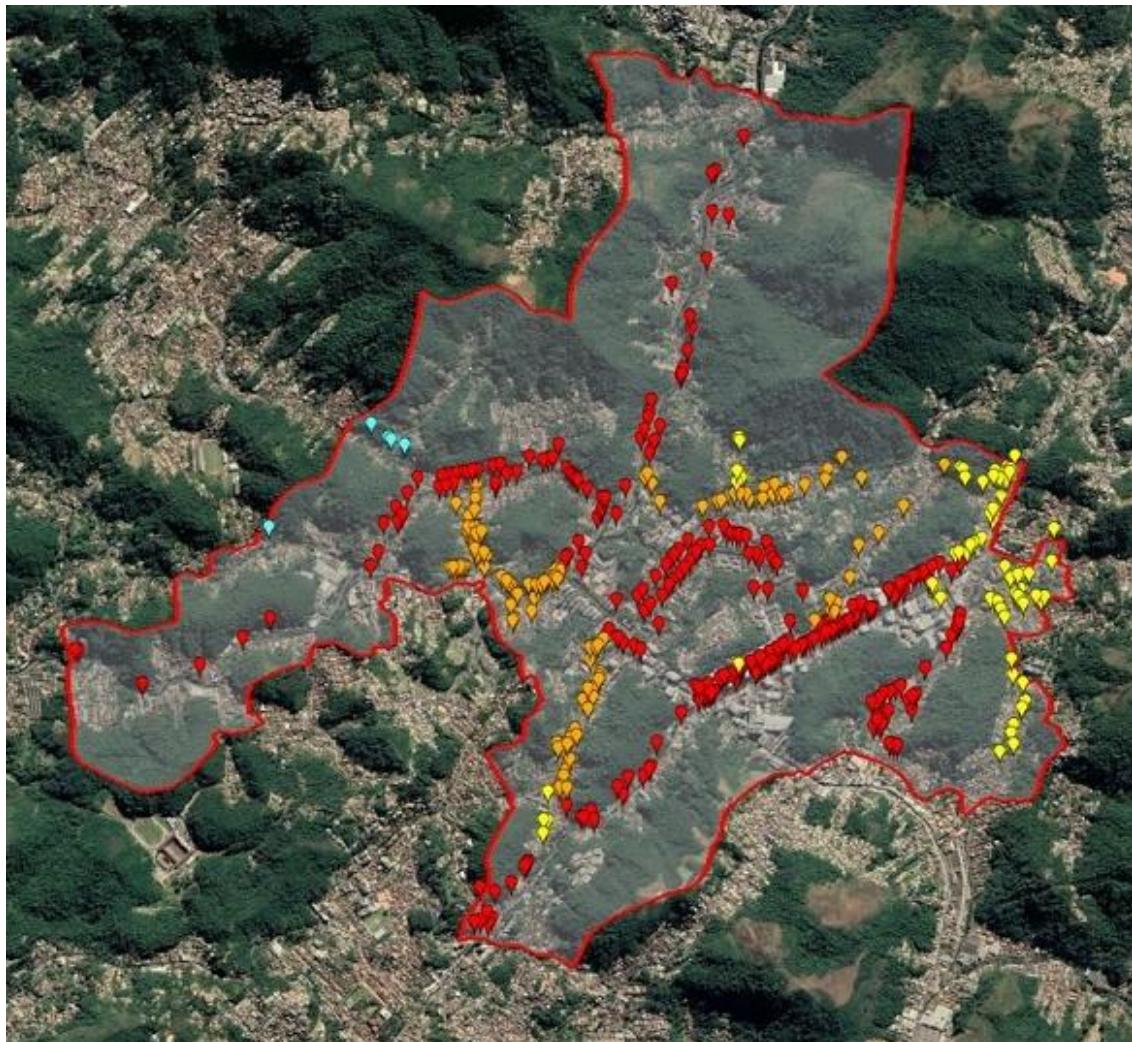
Os estudos propuseram o reconhecimento e a caracterização dos elementos estruturantes do conjunto, analisando as relações que esses elementos estabelecem entre si e seu protagonismo na conformação do Conjunto Urbano Paisagístico.

Foram identificados sete elementos estruturantes, conforme segue. 1. Eixos Primários, que são aqueles que acompanham os três principais rios de Petrópolis, os rios Piabanga, Quitandinha e Palatino e atendem as premissas do Plano Koeler; 2. Eixos Secundários, são aqueles que acompanham os afluentes dos rios principais, e que guardam as devidas proporções de escala, apresentam as mesmas características dos eixos primários e atendem as premissas do Plano Koeler; 3. Eixos de Relação Urbana, são identificados como eixos que atendem parcialmente as premissas do Plano Koeler mas não possuem o rio como elemento estruturador e nem sempre observam a ocupação de fundo de vale, de modo que, seus traçados atravessam as áreas de encosta, assumem o papel de conectar os eixos primários; 4. Praças, que são os elementos do desenho urbanístico que promovem a articulação

entre Eixos Primários, Secundários e de Relação Urbana, e apresentam a função de representação simbólica, de enquadramento da imagem urbana, de passeio e permanência e de suporte às práticas sociais consolidadas; 5. Encostas Vegetadas, são as vertentes dos morros cujas cumeadas delimitam o perímetro tombado, que são indissociáveis do processo de urbanização, proporcionando as qualidades paisagísticas que marcam a imagem identitária do conjunto, 6. Áreas de Ocupação Condicionada, áreas onde a ocupação é alheia aos princípios do Plano Koeler, como a ocupação das encostas, e podem interferir significativamente na percepção dos atributos do valor e 7. Os Imóveis classificados em grau máximo de preservação, tipologias identitárias de Petrópolis que caracterizam os diferentes momentos da implantação e consolidação do Plano Koeler, aqueles que possuem um estilo arquitetônico que remonta o período de criação e consolidação da cidade e atravessam diferentes momentos da história. Para tal, tem-se um mapeamento dos bens classificados em grau máximo de preservação, que apresenta dez estilos: Casa de Colono; Casa Petropolitana, denominação elaborada por Dora Alcântara; Chalé Romântico; Vila com Torreão; Estilo Normando; Neoclássico; Eclético; Neocolonial; Bangalô e Art-Déco. Para que estivesse contido nos elementos estruturantes, não bastava o imóvel pertencer ao estilo, mas ter um bom estado de preservação, bom grau de aderência às características e bom contexto urbano de inserção, tudo isso para fazer sentido que o imóvel fosse incluído.

Ao se aproximar das análises elaboradas para a compreensão das edificações, encontra-se no processo o mapeamento dos referidos Imóveis, registrados 1.759 imóveis dos quais 469 foram classificados com grau máximo de preservação, ou 26,6%, espacializados conforme o mapa abaixo.

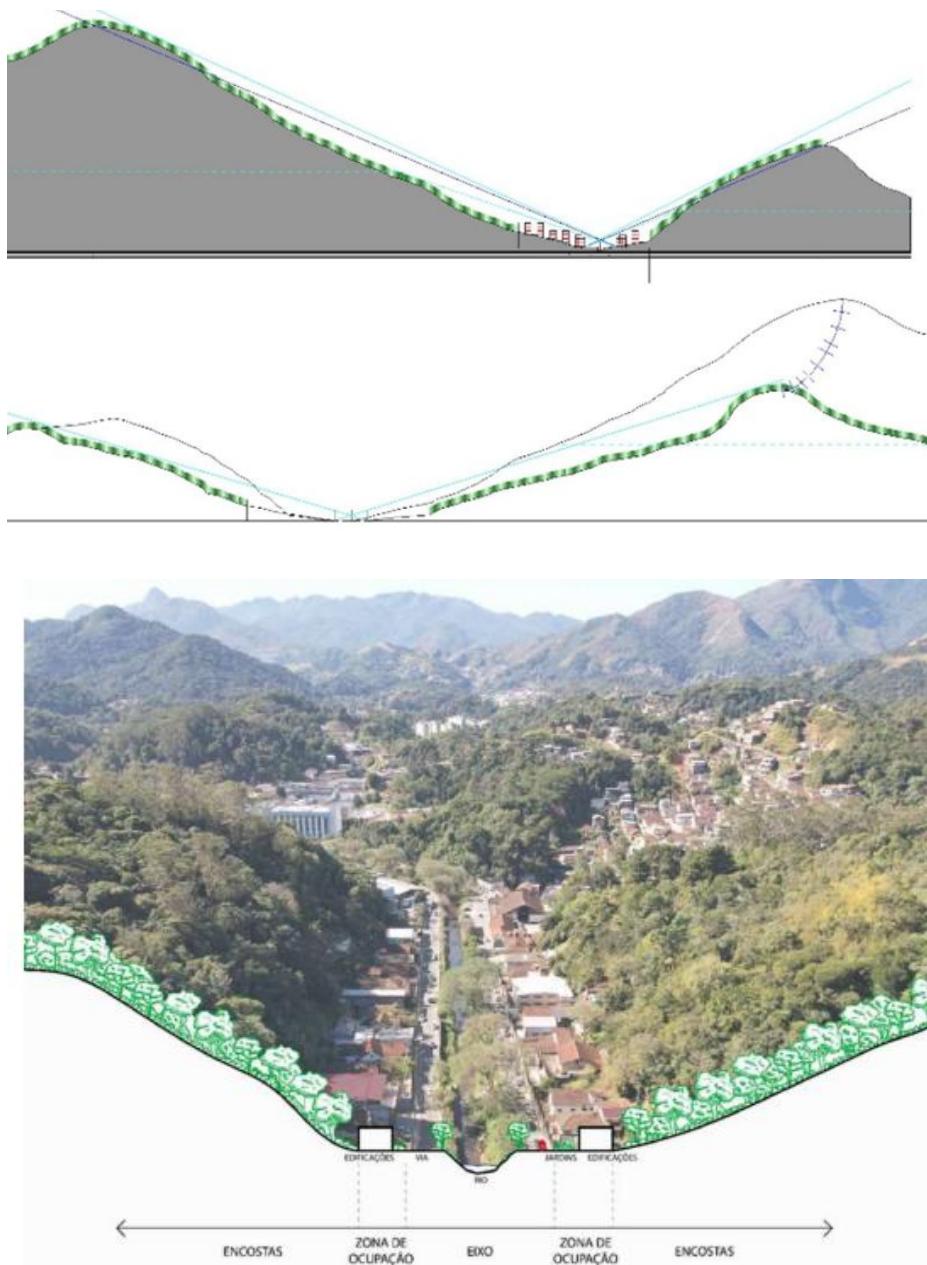
Mapeamento dos Imóveis classificados em grau de preservação



Todos esses destaques representam os imóveis com grau máximo de preservação, Marcadores Vermelhos, imóveis localizados no Eixo Primário; Marcadores Azuis no Eixo Secundário; Marcadores Laranja, localizados no Eixo de Relação Urbana; Marcador Amarelo, localizados na Área de Ocupação Condicionada.

A compreensão se baseia na ocupação linear nos fundos dos vales e ao longo dos cursos d'água, que, cumprem um papel estruturador do tecido urbano, com a ocupação limitada pelas encostas íngremes e vegetadas por mata atlântica, onde as vias são implantadas paralelamente aos cursos de água e os lotes delimitados de forma perpendicular aos rios, e as edificações voltadas para as vias e para os rios. Há os afastamentos laterais das edificações permitindo visibilidade do relevo, resultando em um sistema limitado visualmente pela cumeada dos morros, como, quem está dentro do sistema e visualiza os topos, portanto, até o topo dos morros contempla-se o tombamento.

Perfis do Sistema urbano-paisagístico



RECOMENDAÇÕES

A proposta apresentada amplia a área tombada em cinco vezes na região central de Petrópolis, compreendendo a importância dos elementos que nela se instalaram. Na comparação da situação atual com a propositura apresentada, o crescimento da área tombada consolida a relevância do trecho que já está sob a jurisdição do IPHAN, passando de área de entorno para o tombamento em si, ou, deixa de ser mera condição de visibilidade e ambiência e passa a ser o valor preservado em si. Além desse fato, reforça-se que não há nenhum imóvel tombado suprimido nessa revisão,

o que exige que a comunicação seja feita ampla e democraticamente com a sociedade.

Com a supressão de tombamento de trechos de rios, tem-se a supressão de suas áreas de entorno, e como consequência a redução nesses trechos da poligonal do entorno.

O processo previu a expansão da preservação de forma significativa, e nas encostas vegetadas, a redução da área sob gestão do IPHAN em 40%. Recomenda-se, então, que institutos ambientais sejam acionados, como por exemplo, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO, para contribuir com a normatização das áreas.

O minucioso mapeamento dos 1759 imóveis, com os 469 sendo trazidos com grau máximo de preservação, imprimirão ao processo clareza e segurança jurídica aos investidores. Ressalva-se que a extensa listagem de imóveis não está contida formalmente no processo de rerratificação, mas, veiculará no momento e no contexto da normatização. E, fazer com que esse episódio represente maiores benefícios aos proprietários dos imóveis, em alinhamento com órgãos reguladores municipais, trará benefícios para ambos.

No momento da finalização do relato, recebe-se notícia de dois pedidos de impugnação, ambos analisados a relevados na decisão.

Um deles apresentado em nome da Companhia Petropolitana S/A que demanda "indeferimento do tombamento de toda a poligonal de Cascatinha ou, ao menos, dos imóveis que compõem 'Complexo Fabril de Cascatinha', do seu entorno, da Vila Operária, da praça e do coreto". O outro pedido foi encaminhado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e das sub-bacias hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto (Comitê Piabanha), representado pela Senhora Erika Cortines, Secretária Executiva do Comitê Piabanha.

A partir das solicitações e, de acordo com as manifestações tanto técnicas quanto as jurídicas apensas ao processo, essa relatoria não acata os pedidos de indeferimento do tombamento, pelas razões técnico-jurídicas apresentadas nos documentos e pelas reflexões apontadas.

PARECER FINAL

Com o objetivo de corrigir a abrangência territorial do tombamento e seu entorno; de caracterizar a valoração paisagística do conjunto no tombamento; de clarificar a contribuição dos rios para o valor cultural do conjunto e de reforçar o caráter de conjunto para a área central, buscando mais compactação e menos spraiamento, e, sendo o cerne do trabalho a caracterização do valor paisagístico vinculado a ideia de conjunto urbano.

Na procura de se reverberar o relevo e a significância contidos em Petrópolis, além do vasto valor associado ao território, ao coletivo, e, principalmente à paisagem.

Compreendendo a preservação como medida necessária à proteção, conservação e restauração, bem como, ancorada ao seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa na contemporaneidade.

Partindo-se de uma política alinhada ao desenvolvimento social e econômico, com o planejamento do território, das edificações e do conjunto sendo estabelecido de forma integrada, que sejam preservados: a forma urbana, as relações entre espaços livres e construídos, as relações das edificações com a cidade, de forma conjunta, e, principalmente, com seu entorno natural e a vocação consolidada ao longo da história.

Detectando-se a multidisciplinariedade de estudos que alimentam o pedido de rerratificação, conhecendo a importância do estabelecimento das normatizações, que irão abranger dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, sociais e econômicos, e buscando uma articulação harmônica entre as matérias apontadas.

Essa parecerista é favorável a rerratificação do tombamento, assim como a adoção da denominação **CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO, PETRÓPOLIS – RJ** pelos valores históricos e paisagísticos apontados e que seja inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

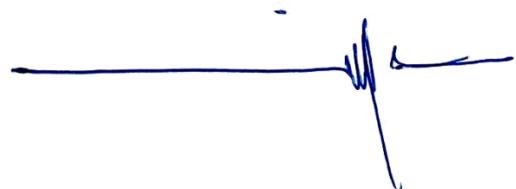
CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

A partir do profícuo debate travado na Câmara Setorial de Patrimônio Material Iphan, ocorrido em 24 de novembro, ou, um dia antes da leitura desse parecer, com a pauta foi debater o processo de Petrópolis, acrescenta-se como sugestão que a matéria seja intitulada: “CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO E UNIDADES FABRIS DE PETRÓPOLIS – RJ”.

Reitera-se que não há nenhum imóvel suprimido no processo de rerratificação do tombamento, tão pouco, àqueles localizados na área central do Plano Koeler ou Centro Histórico.

A ideia de publicização da matéria foi exposta à comunidade petropolitana por meio de sete audiências públicas com grande diversidade de agentes debatedores, incluindo em todas as apresentações, além da numeração do processo que é de acesso público, um tutorial da maneira como as pessoas podem consultar as informações nele contidas.

Ao término da reunião e a partir do contido nos estudos técnicos do processo, a maioria dos colegas conselheiros propôs pela manutenção das pontas dos rios na poligonal de tombamento, acompanhada de estudo que defina como será a área de entorno desses referidos trechos.



Brasília, 24 de novembro de 2025.